

ano 03 - n. 06 | julho/dezembro - 2021
Belo Horizonte | p. 1-240 | ISSN 2596-3201
R. Bras. Al. Dis. Res. – RBADR

Revista Brasileira de
ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION

RBADR

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Apresentação	15
--------------------	----

Editorial	17
-----------------	----

DOCTRINA

ARTIGOS

Cláusulas escalonadas: repercussões da mediação na arbitragem

Ana Betina da Costa Pires Ferreira	21
Introdução.....	21
Cláusulas compromissórias.....	23
1 Autonomia da vontade na estipulação das cláusulas arbitrais	24
1.1 Autonomia da vontade na estipulação das cláusulas arbitrais	24
1.2 Cláusulas escalonadas e cláusulas mistas ou híbridas.....	25
2 Escopo da arbitragem e as cláusulas escalonadas	28
2.1 Vantagens e desvantagens das cláusulas escalonadas	29
3 Comparativo.....	31
3.1 A cláusula escalonada no ordenamento jurídico brasileiro	31
3.2 Experiência estrangeira	32
4 Conclusão.....	34
Referências.....	36

O novo Tribunal do Futebol da FIFA: inovações e procedimentos

Bichara Abidão Neto, Victor Eleuterio	37
1 Introdução.....	37
2 Do modelo PSC/DRC até o Tribunal do Futebol	38
3 Jurisdição e competência	40
4 Composição e funcionamento.....	42
5 Normas gerais de procedimento	43
6 O procedimento “ordinário”	44
7 Instrução processual e decisões.....	45
8 Mediação	46
9 Demandas sobre o Mecanismo de Solidariedade FIFA e o <i>Training Compensation</i>	47
10 Pedidos “regulatórios”	48
11 Conclusão.....	48
Referências	49

Limitação da cognição da impugnação ao cumprimento de sentença arbitral estrangeira homologada

Danielli Farias Rabelo Leitão Rodrigues	51
1 Introdução.....	51
2 Homologação de decisão estrangeira arbitral	53
3 Execução de decisão estrangeira arbitral homologada	58
4 Matérias de defesa cognoscíveis pelo juízo do cumprimento de sentença arbitral estrangeira.....	60
5 Conclusão.....	65
Referências.....	66

Os meios alternativos de solução de controvérsias na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Gustavo da Rocha Schmidt	69	
1	Introdução	69
2	Esforço histórico	70
3	Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021	75
3.1	Tribunal Multiportas (art. 151, <i>caput</i>)	75
3.2	Limites objetivos ao uso das ADRs nas contratações estatais (art. 151, parágrafo único)	78
3.3	Arbitragem de direito (art. 152).....	80
3.4	O princípio da publicidade (ainda o art. 152).....	81
3.5	Possibilidade de aditamento contratual (art. 153)	85
3.6	Processo de escolha dos árbitros e dos membros dos <i>dispute boards</i> (art. 154)...	86
3.7	O papel e a escolha das câmaras de arbitragem	87
4	Conclusões	91

The Brazilian Center for Arbitration and Mediation (CBMA) as an appellate sports arbitration institution

Gustavo da Rocha Schmidt, Natália Ribeiro, Daniel Brantes Ferreira	93	
1	Introduction.....	94
2	CBMA's Sports Arbitration History	94
3	CBMA Sports Law Rules of Appeal	96
3.1	Formation of Arbitral Tribunal	97
3.2	Proceedings consolidation	97
3.3	The Emergency Arbitrator.....	98
4	The New CBMA Sports Law Rules of Appeal.....	99
5	Appellate Sports Arbitration in numbers: from the CNRD to CBMA.....	101
5.1	Awards rendered by CNRD X Appeals received by CBMA.....	101
5.2	Appellate Sports Arbitration and its impact at CBMA's arbitration numbers	102
5.3	Appellate Sports Arbitration cost payment issues	104
5.3.1	Blue Group – The arbitration procedure was archived	104
5.3.2	Orange Group – There was a delay in the payment of costs and, consequently, a delay in the delivery of the arbitral award to the parties.....	105
5.4	Female participation in sports appeal arbitration – Number of arbitrators and arbitrators appointed.....	106
5.5	Regionality of appointed arbitrators	107
6	Final note.....	108

As cláusulas de *earn-out* e a mediação

Gustavo Pires Ribeiro	109	
1	Introdução.....	109
2	A cláusula de <i>earn-out</i>	111
3	Definição de metas para o pagamento do <i>earn-out</i>	116
3.1	Permanência do vendedor na gestão da empresa.....	116
3.2	Manutenção da carteira de clientes.....	118
3.3	Atingimento de determinado indicador financeiro.....	119
4	Acompanhamento das metas para o pagamento do <i>earn-out</i>	122
5	Utilização da mediação na solução dos conflitos relacionados ao pagamento do <i>earn-out</i>	123
6	Conclusão.....	128
	Referências.....	129

Social Media-Tion: A Constructive Approach to Dispute Resolution?	
Harshita Agarwal, Poulomi Sen	131
Introduction	131
Background	132
Social media vis-à-vis ADR	133
Social media as a “Liberation Technology” for dispute resolution	135
Impact of social media in dispute resolution: a bane	139
Critical analysis of social media’ influence on the adjudicators: a threat to justice administration	140
Way forward: an approach to maintain ethical conduct and social etiquette	142
Conclusion	142
Bibliographic references	144

A arbitrabilidade objetiva do ato administrativo discricionário à luz do entendimento do STJ

Kauê Henrique Neto, Luciano Reis	147	
1	Introdução	147
2	Origem da disputa entre a Petrobras e ANP	148
2.1	Argumentos pela inarbitrabilidade da disputa	151
2.1.1	Os limites impostos à arbitragem pela ordem jurídica nacional	152
2.1.2	Indisponibilidade do direito controvertido entre as partes	153
3	Votos dos Ministros do STJ	155
3.1	Voto do Ministro Relator Napoleão Nunes Maia Filho	156
3.2	Voto da Ministra Regina Helena Costa	158
4	Considerações finais	159
	Referências	160

Maritime arbitration – Ad hoc and institutional methods: A view from a Brazilian perspective

Lucas Leite Marques, Gabriela Júdice Paoliello, Rafaela Brandão Rocha	163	
I	Introduction	163
II	Arbitration in Brazil	164
III	Ad hoc and institutional arbitration	166
IV	Maritime arbitration in the international scenario	168
V	Conclusion/Comments from a Brazilian perspective	173
	References	174

Do cabimento dos meios consensuais de solução de conflitos para a promoção do turismo no Brasil

Maria Constança Leahy Madureira	177	
	Introdução	177
1	Brevíssimas considerações sobre turismo	179
1.1	Conceitos, âmbitos e dimensões	179
1.2	Turismo e hospitalidade	182
2	Meios consensuais de solução de conflitos ambientais	182
2.1	Conceitos, particularidades, tipos e cabimentos	182
2.2	Meios consensuais de solução de conflitos no Brasil – Panorama legal e prática	184
3	Relato de caso. Búzios – Orla Viva: Construindo Consensos na Orla Bardot – Do mapeamento inicial do conflito ao pacto social – Projeto Orla Búzios	186
	Considerações finais	188
	Referências	190

Uma visão sistêmica do procedimento de mediação – As lições do pensamento de Maturana	
Patricia Dornelles Schneider	193
1	Introdução..... 193
2	Breve evolução histórica e o conceito de teoria geral dos sistemas e pensamento sistêmico..... 194
3	As lições de Maturana 195
4	A mediação como procedimento estruturalmente sistêmico 196
5	Conclusões 198
	Referências..... 199
Arbitragem sem precatório: celeridade do início ao fim	
Tamara Grillo Balassiano	201
	Introdução..... 201
1	Arbitrabilidade na Administração Pública: contexto necessário 203
2	Regime de precatórios judiciais: regra geral aplicável à satisfação do crédito do particular reconhecido em sentença arbitral, de cunho pecuniário, condenatória em desfavor da Administração Pública 209
3	Alternativas existentes à regra geral..... 216
3.1	Pagamento pela via administrativa 217
3.2	Pagamento garantido por fundo privado de patrimônio próprio estabelecido por lei..... 218
4	Alternativa complementar sugerida: compensação de créditos contratuais recíprocos entre o particular e a Administração Pública, por decisão do tribunal arbitral, na forma do artigo 368 do Código Civil..... 224
	Conclusão..... 228
	Referências 229
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 239	